

NEWS WEB JORNALISMO

01

• BLOG ELI CAVALCANTE

Defensoria Pública fez atendimentos em Unidade Móvel nas cidades de Jericó e Brejo do Cruz

Mais informações clique aqui

• SUETONI SOUTO MAIOR

Ações protocoladas contra a 123Milhas na Paraíba serão julgadas na Justiça de Minas Gerais

Mais informações clique aqui

• EM DIA ES

Cidadão prejudicado pela 123 milhas pode buscar ajuda na Defensoria

Mais informações clique aqui

• PB NEWS

Sheyner Asfóra defende ampliação de debate sobre criação de nova Vara para processar e julgar organizações criminosas na Paraíba

Mais informações clique aqui

• TJPB

123 Milhas: Tribunais de Justiça da Paraíba e de Minas Gerais firmam acordo de cooperação judiciária

Mais informações clique aqui

• PORTAL DA CAPITAL

Ações abertas na Paraíba contra a 123 Milhas serão julgadas pela Justiça mineira

Mais informações clique aqui

• BREJO.COM

Paraíba adotará consulta prévia ao instalar usinas de energias renováveis

Mais informações clique aqui

• TJMG

Marco histórico para Justiça brasileira é firmado com Termo de Cooperação entre o TJMG e o TJPB

Mais informações clique aqui

• OFF NEWS

Paraíba adotará consulta prévia ao instalar usinas de energias renováveis

Mais informações clique aqui

• FATOS PB

Advogado defende ampliação de debate sobre criação de nova Vara para processar e julgar organizações criminosas na Paraíba

Mais informações clique aqui

• CARLOS MAGNO

Tribunais de Justiça da Paraíba e de Minas Gerais firmam acordo sobre ações que envolvam a 123Milhas

Mais informações clique aqui

• A PALAVRA ONLINE

Sheyner Asfóra defende criação de nova Vara para processar e julgar organizações criminosas na Paraíba

Mais informações clique aqui

• CLICK PB

Tribunais de Justiça da Paraíba e de Minas Gerais firmam parceria para atuar em ações coletivas contra a 123 Milhas

Mais informações clique aqui

02

• DIÁRIO DO SERTÃO

Governo libera ponto facultativo nas repartições públicas da Paraíba por causa do feriado de 7 de Setembro

Mais informações clique aqui

03

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria firma novo convênio com Três Marias e amplia estágio na cidade de Guarabira

Mais informações [clique aqui](#)

• JORNAL DA PARAÍBA

Feriadão: liberado ponto facultativo nas repartições públicas da Paraíba no dia 8 de setembro

Mais informações [clique aqui](#)

• BRASIL DE FATO

Paraíba adota consulta prévia para instalar usinas de energias renováveis



Mais informações [clique aqui](#)

• G1 PB

Governo da Paraíba decreta ponto facultativo um dia após 7 de setembro

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Paraíba adotará consulta prévia ao instalar usinas de energias renováveis

Mais informações [clique aqui](#)

• POLÊMICA PARAÍBA

Governo da Paraíba concede ponto facultativo em 8 de Setembro para repartições públicas

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

123 Milhas: Tribunais da Paraíba e de Minas Gerais firmam acordo de cooperação judiciária

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL S1

Governo da Paraíba decreta ponto facultativo um dia após 7 de setembro

Mais informações [clique aqui](#)

04

• GAZETA DO SERTÃO

Governo decreta ponto facultativo no dia 8 de setembro na Paraíba

Mais informações [clique aqui](#)

• NOTÍCIA PARAÍBA

Governo da Paraíba decreta ponto facultativo um dia após 7 de setembro

Mais informações [clique aqui](#)

• CLICK PB

Poder Judiciário da Paraíba terá ponto facultativo na sexta-feira e servidores ganham feriadão

Mais informações [clique aqui](#)

• GOVERNO DA PARAÍBA

Governo da Paraíba e TJPB realizam Seminário Estadual sobre Políticas de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional

Mais informações [clique aqui](#)

• RESENHA POLITIKA

Paraíba adotará consulta prévia ao instalar usinas de energias renováveis

Mais informações [clique aqui](#)

• POLÍTICA & ETC

Governo da Paraíba e TJPB realizam Seminário Estadual sobre Políticas de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional

Mais informações [clique aqui](#)

• JORNAL DA PARAÍBA

Prefeitura de João Pessoa terá ponto facultativo na sexta-feira após feriado de 7 de setembro

Mais informações [clique aqui](#)

• PB AGORA

Paraíba adotará consulta prévia ao instalar usinas de energias renováveis

Mais informações [clique aqui](#)

• PARAÍBA ONLINE

Casa da Mulher Brasileira de Campina Grande pode ter ordem de serviço assinada este ano

Mais informações [clique aqui](#)

05

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria Pública funciona em regime de plantão a partir de 7 setembro

Mais informações [clique aqui](#)

• AEROIN

Em marco histórico, TJ da Paraíba e de Minas Gerais firmam acordo de cooperação contra a 123 Milhas

Mais informações [clique aqui](#)

06

• PARAÍBA JÁ

Mulher trans é exemplo de dedicação e profissionalismo no serviço público

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Mulher trans é exemplo de dedicação e profissionalismo no serviço público em João Pessoa

Mais informações [clique aqui](#)

• TJPB

Poder Judiciário funcionará em Regime de Plantão desta quinta-feira até domingo

Mais informações [clique aqui](#)

• BLOG DO DÉRCIO

Defensoria ganha mais espaço na Casa da Cidadania de Campina Grande

Mais informações [clique aqui](#)

• COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL PARAÍBA

Van dos Direitos atende Lagoa de Roça e distritos de Esperança a partir da próxima semana

Mais informações [clique aqui](#)

• MAIS PB

Mulher trans é exemplo de dedicação e profissionalismo no serviço público

Mais informações [clique aqui](#)

• MPPB

MPPB funcionará em regime de plantão nestas quinta e sexta

Mais informações [clique aqui](#)

08

• MAIS PB

Servidores do Ministério Público terão folga de quatro dias

Mais informações [clique aqui](#)

• ANOREG PB

Defensoria realiza primeiro mutirão de retificação de prenome e gênero para comunidade trans do Sertão

Mais informações [clique aqui](#)

• BOLETIM CLASSIFICADOR

Defensoria realiza primeiro mutirão de retificação de prenome e gênero para comunidade trans do Sertão

Mais informações [clique aqui](#)

• VALE NEWS PB

Serviços públicos estaduais funcionam em regime de plantão nesta sexta-feira

Mais informações [clique aqui](#)

10

• SUMÉ ONLINE

Poder Judiciário funcionará em Regime de Plantão desta quinta-feira até domingo

Mais informações [clique aqui](#)

11

• BLOG DO DÉRCIO

DPE-PB realiza 1º mutirão de retificação de prenome e gênero para comunidade trans do Sertão



Mais informações [clique aqui](#)

• TRE PB

Juiz federal Bruno Teixeira toma posse como membro do TRE-PB

Mais informações [clique aqui](#)

• TJPB

“Temos compromisso com a eficiência e a qualidade”, diz corregedor na abertura da correição em Catolé do Rocha

Mais informações [clique aqui](#)

12

• ANADEP

PB: DPE garante que mulher vítima de violência não participe de audiência com seu agressor

Mais informações [clique aqui](#)

• SÃO BENTO EM FOCO

Recomendação cobra regularização do fornecimento de energia na Comunidade de Aratu II, em João Pessoa

Mais informações [clique aqui](#)

• ANADEP

PB: Defensoria Pública recorre e consegue diminuir pena de assistido em mais de três anos

Mais informações [clique aqui](#)

• DIREITO DESCOMPLICADO

Recomendação cobra regularização do fornecimento de energia na Comunidade de Aratu II, em João Pessoa (PB)

Mais informações [clique aqui](#)

• JFPB

Juiz federal Bruno Teixeira de Paiva é empossado como membro titular do TRE-PB

Mais informações [clique aqui](#)

• REPÓRTER PB

Recomendação cobra regularização do fornecimento de energia na Comunidade de Aratu II, em João Pessoa

Mais informações [clique aqui](#)

• MPF

Recomendação cobra regularização do fornecimento de energia na Comunidade de Aratu II, em João Pessoa (PB)

Mais informações [clique aqui](#)

13

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria promove audiência pública para debater a saúde mental em João Pessoa

Mais informações [clique aqui](#)

• PATOS ONLINE

Defensoria Pública realiza mutirão para retificação de prenome e gênero no Sertão

Mais informações [clique aqui](#)

• VALE NEWS PB

Em Piancó, Defensoria pede redução de jornada de trabalho para mãe de menina com transtornos mentais

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Defensorias e MPs recomendam regularização do fornecimento de energia elétrica no Aratu



Mais informações [clique aqui](#)

14

• MPF

Atingidos por barragem iniciam colheita de algodão branco agroecológico na Paraíba

Mais informações [clique aqui](#)

• PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

Comunidade do Cidade Verde recebe a Caravana do Cuidar nesta sexta-feira

Mais informações [clique aqui](#)

15

• POLÍTICA & ETC

Defensoria assegura realização de cirurgia a paciente cardíaca pelo plano de saúde

Mais informações [clique aqui](#)

• PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

Caravana do Cuidar realiza mais de 200 atendimentos no Cidade Verde

Mais informações [clique aqui](#)

• REPÓRTER PB

Julgamento de réu pronunciado por feminicídio em Queimadas será realizado em março

Mais informações [clique aqui](#)

16

• NOTÍCIA JÁ

Defensoria realiza primeiro mutirão de retificação de prenome e gênero para comunidade trans, em Sousa

Mais informações [clique aqui](#)

• RADAR SERTANEJO

Defensoria realiza primeiro mutirão de retificação de prenome e gênero para comunidade trans do Sertão paraibano

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Caravana do Cuidar realiza mais de 200 atendimentos no Cidade Verde

Mais informações [clique aqui](#)

18

• PARAÍBA MIX

Governo da Paraíba anuncia ampliação para 2 Mil vagas em concurso na Educação

Mais informações [clique aqui](#)

• CLICK PB

Defensoria Pública realiza mutirão para mudança de nome e gênero nesta quinta-feira, em Sousa

Mais informações [clique aqui](#)

• PARAÍBA FEMININA

Mutirão para retificação de prenome e gênero é aberto para todo o Sertão

Mais informações [clique aqui](#)

• BLOG DO DÉRCIO

Mutirão para retificação de prenome e gênero é aberto para todo o Sertão

Mais informações [clique aqui](#)

• GOVERNO DA PARAÍBA

João Azevêdo anuncia ampliação para 2 mil vagas no concurso da Educação

Mais informações [clique aqui](#)

• ALPB

Comissão de Orçamento da ALPB aprova projeto que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da LOA 2024

Mais informações [clique aqui](#)

19

• PARAÍBA ONLINE

Setor de Educação vai oferecer 2 mil vagas em concurso público na Paraíba

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Mutirão para retificação de prenome e gênero é aberto para todo o Sertão

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Ouvidoria promove palestra sobre o Setembro Amarelo nesta sexta

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria Itinerante realiza mais de 700 atendimentos durante o Orçamento Democrático Estadual

Mais informações [clique aqui](#)

• GOVERNO DA PARAÍBA

Ministério das Mulheres autoriza implantação de mais uma Casa da Mulher Brasileira na Paraíba

Mais informações [clique aqui](#)

• BOLETIM CLASSIFICADOR

Mutirão para retificação de prenome e gênero é aberto para todo o Sertão

Mais informações [clique aqui](#)

• PARAÍBA EM DIA

Governo da Paraíba anuncia ampliação para 2 Mil vagas em concurso na Educação

Mais informações [clique aqui](#)

• ARIMATÉA SOUSA - PARAÍBA ONLINE

Correção Anual (Nota sobre o reajuste no repasse do duodécimo para a Defensoria Pública)

Mais informações [clique aqui](#)

• ANOREG PB

Mutirão para retificação de prenome e gênero é aberto para todo o Sertão

Mais informações [clique aqui](#)

20

• UOL

Suspeito de matar porteiro do próprio prédio a facadas é preso na Paraíba

Mais informações [clique aqui](#)

• BRASIL DE FATO PB

Defensoria da PB promove audiência pública para debater sobre a Rede de Atenção Psicossocial de João Pessoa

Mais informações [clique aqui](#)

• MPPB

Setembro Amarelo: MPPB, MPF, MPT e Defensoria realizam webinar sobre Política de Saúde Mental

Mais informações [clique aqui](#)

• PARAÍBA ONLINE

ALPB aprova mudança na 'Lei do Ministério Público' e veto em correção dos duodécimos

Mais informações [clique aqui](#)

• PB NEWS

Leo Bezerra destaca protagonismo dos jovens durante entrega de certificados de oficina de audiovisual

Mais informações [clique aqui](#)

• PARAÍBA TOTAL

Combate a sub-registro na PB por Associação gera cidadania, inclusive a apenados

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Ministério das Mulheres autoriza implantação de mais uma Casa da Mulher Brasileira na Paraíba

Mais informações [clique aqui](#)

• PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

Leo Bezerra destaca protagonismo dos jovens durante entrega de certificados de oficina de audiovisual

Mais informações [clique aqui](#)

• TÁ NA ÁREA

Combate a sub-registro na PB por Associação gera cidadania, inclusive a apenados

Mais informações [clique aqui](#)

21

• NOTÍCIA VERDADE

Ministério das Mulheres autoriza implantação de mais uma Casa da Mulher Brasileira na Paraíba

Mais informações [clique aqui](#)

• ESPIÃO DO SERTÃO

TJ e Defensoria Pública destacam assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a Seap para criação de grupos reflexivos de homens autores de violência

Mais informações [clique aqui](#)

• CLICK PB

No Ministério das Mulheres, Bruno formaliza cessão do terreno para construção da Casa da Mulher Brasileira em Campina Grande

Mais informações [clique aqui](#)

• ESTADÃO DA PARAÍBA

Seap, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça firmam Termo de Cooperação para criação de Grupos Reflexivos de Homens Autores de Violência

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Audiência Pública aborda demandas de usuários da Rede de Atenção Psicossocial em JP

Mais informações [clique aqui](#)

• SÃO BENTO EM FOCO

Setembro Amarelo: MPPB, MPF, MPT e Defensoria realizam webinar sobre Política de Saúde Mental

Mais informações [clique aqui](#)

• F5 ONLINE

Associação combate o sub-registro na Paraíba e promove a cidadania, inclusive para apenados

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL ABC

TJ e Defensoria Pública destacam assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a Seap para criação de grupos reflexivos de homens autores de violência

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Setembro Amarelo: MPPB, MPF, MPT e Defensoria realizam webinar sobre Política de Saúde Mental

[Mais informações clique aqui](#)

• GOVERNO DA PARAÍBA

Seap, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça firmam Termo de Cooperação para criação de Grupos Reflexivos de Homens Autores de Violência

[Mais informações clique aqui](#)

• TJPB

TJPB assina convênio que cria grupos reflexivos de homens autores de violência doméstica

[Mais informações clique aqui](#)

• RADAR SERTANEJO

Defensoria recebe visita de cortesia do deputado Branco Mendes

[Mais informações clique aqui](#)

• RIO VERDE NEWS

TJ e Defensoria Pública destacam assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a Seap para criação de grupos reflexivos de homens autores de violência

[Mais informações clique aqui](#)

• CRISTIANO TEIXEIRA

Branco Mendes vai intermediar com Governo ampliação de orçamento e convocação de aprovados no último concurso da Defensoria Pública

[Mais informações clique aqui](#)

• WSCOM

TJ e Defensoria destacam Termo de Cooperação com a Seap para criação de grupos reflexivos de autores de violência

[Mais informações clique aqui](#)

• GOVERNO DA PARAÍBA

Defensoria Pública Estadual, TJ e Seap assinam Termo de Cooperação para criação de Grupos Reflexivos de Homens Autores de Violência

[Mais informações clique aqui](#)

• NOTÍCIA PARAÍBA

TJ e Defensoria Pública destacam assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a Seap para criação de grupos reflexivos de homens autores de violência

[Mais informações clique aqui](#)

• RORAIMA NA REDE

Seap, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça firmam Termo de Cooperação para criação de Grupos Reflexivos de Homens Autores de Violência

[Mais informações clique aqui](#)

• ESPIÃO DO SERTÃO

Seap, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça firmam Termo de Cooperação para criação de Grupos Reflexivos de Homens Autores de Violência

[Mais informações clique aqui](#)

• ESTADÃO DA PARAÍBA

TJ e Defensoria Pública destacam assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a Seap para criação de grupos reflexivos de homens autores de violência

[Mais informações clique aqui](#)

• PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

Caravana do Cuidar registra 248 atendimentos no bairro Funcionários II

[Mais informações clique aqui](#)

• PORTAL DO LITORAL

TJ e Defensoria Pública destacam assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a Seap para criação de grupos reflexivos de homens autores de violência

[Mais informações clique aqui](#)

• DIÁRIO DO SERTÃO

VÍDEO: Defensoria Pública em Sousa auxilia LGBTQIAPNB+ em retificação e alteração de prenome e gênero

[Mais informações clique aqui](#)

• TV DIÁRIO DO SERTÃO

Defensoria Pública em Sousa auxilia LGBTQIAPNB+ em retificação e alteração de prenome e gênero

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL T5

De corte de cabelo a testes rápidos: veja os serviços oferecidos no 'Caravana Tambaú'

Mais informações [clique aqui](#)

• PARAÍBA LIGADA

TJ e Defensoria Pública destacam assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a Seap para criação de grupos reflexivos de homens autores de violência

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria recebe visita de cortesia do deputado Branco Mendes

Mais informações [clique aqui](#)

• PARLAMENTO PB

ALPB concede cidadania ao ministro do STJ Reynaldo da Fonseca e advogado Nelson Wilians

Mais informações [clique aqui](#)

• PARAÍBA ONLINE

Caravana do Cuidar registra mais de 240 atendimentos no bairro Funcionários II

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Casa da Mulher em Campina vai ser construída no bairro do Tambor para centralizar o atendimento

Mais informações [clique aqui](#)

• DIÁRIO DO SERTÃO

VÍDEO: Ações sociais, debates, formação e cultura movimentam 1º Encontro de Pessoas LGBTQIAPNB+ de Sousa

Mais informações [clique aqui](#)

• OS GUEDES

ALPB entrega títulos de cidadania a ministro do STJ e a advogado

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Caravana do Cuidar registra 248 atendimentos no bairro Funcionários II

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL T5

Primeira edição da 'Caravana Tambaú' agita Colinas do Sul

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

ALPB concede títulos de cidadania ao ministro do STJ Reynaldo da Fonseca e advogado Nelson Wilians

Mais informações [clique aqui](#)

• BLOG DO DÉRCIO

DPE-PB consegue registro de nascimento com reconhecimento de paternidade para criança nascida em SP

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL VALE NOTÍCIAS

Defensoria leva atendimento itinerante para São Mamede nesta semana

Mais informações [clique aqui](#)

• MPPB

Setembro Amarelo: MPPB, MPF, MPT e Defensoria realizam webinar sobre Política de Saúde Mental na próxima sexta, 29

Mais informações [clique aqui](#)

• MPPB

Nova recomendação reitera que estado e municípios adquiram produtos da agricultura familiar e pesca artesanal para merenda escolar na Paraíba

Mais informações [clique aqui](#)

• PARAÍBA JÁ

Alimentação escolar na PB deve priorizar produtos da agricultura familiar e pesca, recomenda MPF

Mais informações [clique aqui](#)

• PARAÍBA MASTER

Defensoria leva atendimento itinerante para Malta e São Mamede na próxima semana; saiba mais

Mais informações [clique aqui](#)

26

• AEROIN

Justiça Mineira celebra acordo de cooperação com a Carioca sobre o caso da 123 Milhas

Mais informações [clique aqui](#)

• MPPB

MPPB será parceiro de evento sobre direito de família e sucessões

Mais informações [clique aqui](#)

• BRASIL DE FATO PB

Rede de atenção psicossocial de João Pessoa volta a ser debatida em audiência pública

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL CORREIO

ÁUDIO: Policial sugeriu que vítima de feminicídio não procurasse a Justiça, na Paraíba

Mais informações [clique aqui](#)

• BRASIL DE FATO PB

Servidores da rede de atenção psicossocial de João Pessoa vão receber capacitação sobre direitos humanos

Mais informações [clique aqui](#)

• G1 PB

Áudio de vítima de feminicídio relata que policial orientou resolução não judicial pois ex-marido era 'pessoa pública'; ouça

Mais informações [clique aqui](#)

• PARAÍBA JÁ

Ouçã: vítima de feminicídio morta por secretário de Belém recebeu orientação policial para não acionar Justiça

Mais informações [clique aqui](#)

• WSCOM

Áudio revela que policial sugeriu solução extrajudicial a vítima de feminicídio devido à notoriedade do ex-marido

Mais informações [clique aqui](#)

• REPÓRTER PB

Áudio de vítima de feminicídio relata que policial orientou resolução não judicial pois ex-marido era 'pessoa pública'; ouça

Mais informações [clique aqui](#)

27

• POLÊMICA PARAÍBA

Áudio revela que policial sugeriu que vítima de feminicídio em Belém não procurasse a Justiça - OUÇA AQUI

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria recebe a secretária interina da Saúde para debater política de saúde mental em JP

Mais informações [clique aqui](#)

• TJPB

GT avança Programa de Atenção à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL VALE NOTÍCIAS

Defensoria Pública leva atendimento itinerante para São Mamede nos dias 28 e 29

Mais informações [clique aqui](#)

• TRT-13

Terceira edição do TRT-13 em Movimento acontece, nesta quinta (28), em Cabedelo

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Caravana do Cuidar registra 248 atendimentos no bairro Funcionários II

Mais informações [clique aqui](#)

• SÃO MAMEDE 1

Defensoria Pública leva atendimento itinerante para São Mamede nos dias 28 e 29

Mais informações [clique aqui](#)

28

• BLOG DO DÉRCIO

Defensoria Pública realiza mutirão "Meu direito começa pelo nome" nesta quinta, em Cabedelo

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria Pública realiza mutirão "Meu direito começa pelo nome" nesta quinta, em Cabedelo

Mais informações [clique aqui](#)

• CRP-13

Autoridades e sociedade civil participam de atividades que discutem a Saúde Mental em JP

Mais informações [clique aqui](#)

• PATOS ONLINE

Prefeitura de Malta e Defensoria Pública Estadual promovem ação itinerante e garantem acesso gratuito à Justiça para os maltenses

Mais informações [clique aqui](#)

• BOLETIM CLASSIFICADOR

Defensoria Pública realiza mutirão “Meu direito começa pelo nome” em Cabedelo

Mais informações [clique aqui](#)

• MPPB

MP realiza audiência para tratar da lei que destina vagas de trabalho a reeducandos na PB

Mais informações [clique aqui](#)

• DPE-PI

DPE/PI recebe equipe da Defensoria Pública da Paraíba para apresentar sistema de Gestão de Materiais e Patrimônio cedido à instituição

Mais informações [clique aqui](#)

• PREFEITURA DE MALTA

Prefeitura de Malta e Defensoria Pública Estadual promovem ação itinerante e garantem acesso gratuito à Justiça para os maltenses

Mais informações [clique aqui](#)

• PORTAL CORREIO

2ª edição do ‘TV Correio nos Bairros’ chega ao Valentina nesta sexta

Mais informações [clique aqui](#)

• REPERCUTE PB

Cabedelo recebe ação “TRT 13 em Movimento” com a oferta de diversos serviços públicos à comunidade

Mais informações [clique aqui](#)

• MPPB

Webinar do MPPB, MPF, MPT e Defensoria discute avanços e desafios da política de saúde mental

Mais informações [clique aqui](#)

• PREFEITURA DE CABEDELLO

Cabedelo recebe ação “TRT 13 em Movimento” com a oferta de diversos serviços públicos à comunidade

Mais informações [clique aqui](#)

12/09

- Entrevista com a defensora pública Raissa Palitot sobre o impedimento da audiência da mulher vítima de violência com seu agressor - RÁDIO BAND NEWS FM MANAÍRA



Al Manaíra BandNews

bandnewsfm.com.br

@bandnewsfmmanaíra

(83) 99111-9207

BAND NEWS 105.3 FM

Caçá Barbosa e Cláudia Carvalho

ASSISTIR

21/09

- Defensoria Pública e Seap firmam parceria para evitar aumento dos casos de violência doméstica - TJPB



ASSISTIR

29/09

- Defensoria pública atende moradores do Valentina com os serviços da Van do Direito - CORREIO VERDADE - TV CORREIO



TVC NOS BAIROS

DEFENSORIA PÚBLICA ATENDE MORADORES DO VALENTINA COM OS SERVIÇOS DA VAN DO DIREITO

12:08:04
AO VIVO



ASSISTIR

EM CAMPINA

DPE amplia espaço de área de atendimento

Menos de um ano após a última ampliação, o Posto de Atendimento da Defensoria Pública do Estado (DPE-PB) na Casa da Cidadania de Campina Grande volta a conquistar mais espaço para melhor acomodar os assistidos da instituição. Agora com 28 metros quadrados, a DPE terá a oportunidade de expandir os atendimentos, que atualmente chega, em média, a 190 por mês.

Esse número, de acordo com o coordenador do Núcleo de Atendimento da DPE em Campina Grande, Lucas Soares, vem crescendo. Só em agosto, a equipe da Defensoria Casa da Cidadania realizou 258 atendimentos, entre pedidos de pensão, divórcio e outras ações na área de Família.

Para a defensora pública Laís Novais, a expansão mostra a importância do trabalho da Defensoria naquele espaço de cidadania. "Queremos oferecer aos nossos assistidos mais conforto e, sobretudo, privacidade no momento da assistência. Aproveito a ocasião para fazer um agradecimento à direção da Casa da Cidadania, que tem sido parceira da Defensoria desde o primeiro momento", ressaltou Laís.

Saiba mais

- O novo posto da DPE funciona na Casa da Cidadania de Campina Grande, localizada na Rua Dr. Severino Cruz, 283 - Centro.

Foto: Direção DPE



Unidade ampliada funciona na Casa da Cidadania de CG

Documento é um direito da criança, diz juiz

O juiz titular da 1ª Vara da Infância de Juventude da Comarca de João Pessoa, Adhailton Lacet Porto, explica que a ausência do nome do pai na certidão de nascimento era comum pois era uma realidade aceitável no Brasil, mas o Poder Judiciário, Estado e órgãos de proteção à criança e adolescente não compactuam com essa conduta. “Antigamente não existia essa exigência. É muito comum pegar o documento de uma pessoa de 60 a 70 anos e constar apenas o nome da mãe no registro. Hoje em dia, a Justiça tem como forçar uma ação judicial, pois não é favor, e sim, um direito da criança. Se esse pai for uma pessoa de posse, a criança tem direito à sucessão hereditária. Até o pai morto é possível fazer o reconhecimento de paternidade através do exame de DNA, de um elemento (cabelo, unha, sangue e ossos) ou por meio de familiares próximos”, declarou.

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba realizou no

mês de agosto o mutirão “Meu Pai tem Nome” para estimular de forma harmoniosa o reconhecimento da paternidade, porém, se o possível pai não quer colaborar, a Justiça determina que faça o exame de DNA para a investigação de paternidade. O juiz enfatiza que ser pai não é apenas pagar pensão, o genitor tem que assumir a figura paterna na vida da criança. “Essa postura imatura é muito prejudicial ao desenvolvimento psicoemocional da criança. Às vezes, quando o pai vai tentar recuperar o tempo perdido, a criança não quer mais contato”, frisou.

Este ano mutirão “Meu Pai tem Nome”, que é realizado nacionalmente pelo Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos- Gerais (Condege), em João Pessoa atraiu mais de 60 famílias ao Núcleo Especial de Proteção à Infância e da Juventude (NEPIJ) da Defensoria Pública da Paraíba.

Os casos em que há consenso são tratados pelo Nú-

Saiba mais

O que diz a lei

• De acordo com a Lei nº 8.860/1992, que regula “a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento. O Art. 1º diz que o reconhecimento dos filhos fora do casamento é irrevogável. Conforme o § 1º, o juiz, sempre que possível, ouvirá a mãe sobre a paternidade alegada e mandará, em qualquer caso, notificar o suposto pai, independentemente de seu estado civil, para que se manifeste sobre a paternidade que lhe é atribuída. Quando o juiz achar necessário, determinará que a diligência seja realizada em segredo de justiça”.

cleo Especial de Conciliação, Mediação e Arbitragem (Necma), que atua para dar agilidade às demandas na Defensoria Pública. Contudo, para os casos em que há dúvidas, o Hemocentro da Paraíba disponibilizou kits de coleta para realização do teste de DNA.

O Núcleo de Promoção de Paternidade (Nupar) do Ministério Público da Paraíba (MPPB) atuava em casos de crianças e adolescentes registradas apenas com o nome da mãe, por meio do projeto “Nome Legal”, que foi extinto há dois anos, mas suas ações foram pulverizadas e distribuídas à Promotoria da Família.

Cerca de 5.500 reconhecimentos espontâneos de paternidade foram formalizados desde 2011. Desses dados, mais de 420 foram formalizados de 2019 até junho de 2023, segundo informações do Ministério Público da Paraíba. Na execução do projeto “Nome Legal” foram realizados cerca de 4.600 exames de DNA, desde 2011.

Foto: Evandro Pereira



Até o pai morto é possível fazer o reconhecimento de paternidade através do exame de DNA, de um elemento (cabelo, unha, sangue e ossos) ou por meio de familiares

Programa será criado com pactuação do Governo do Estado

Este ano, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a resolução nº 487/2023, que determina o fechamento gradual dos hospitais de custódia, ou seja, as pessoas acometidas por transtornos mentais que possuem conflitos com a lei não serão mais atendidas por esses locais, e sim em leitos de saúde mental de rede de saúde pública.

Na Paraíba, temos a Penitenciária de Psiquiatria Forense (PPF), funcionando com a política de internações que a resolução pretende encerrar. O diretor da penitenciária, Rogério Gominho, afirmou que em abril foi firmado, pelo Governo do Estado, pelo Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) e por outros representantes de várias instituições públicas, um termo de cooperação técnica para implantação do Programa de Atenção Integral à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei do Estado da Paraíba (Proa-PB). O intuito do projeto é implantar uma política antimanicomial no Sistema de Justiça do estado, possibilitando a livre circulação dos pacientes e acabando com as características asilares.

Ele declarou, ainda: “Atualmente, estão sendo realizadas reuniões periódicas com integrantes do Núcleo de Analistas Judiciários (NAJ) com representantes do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, secretarias de Estado e gestores municipais com o objetivo de criar fluxos que se adequem à Resolução Nº 487/2023”.

Hoje, a instituição abriga 102 internos, sendo 99 homens e três mulheres. Ao invés de ficarem custodiadas nas dependências da PPF, as internas em questão ficam no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira. Rogério explicou que, dentre os internos, 39 são sentenciados à medida de segurança de internação. Os demais são provisórios ou então sentenciados à pena restritiva de liberdade, oriundos de unidades prisionais que necessitam de tratamento psiquiátrico.

O diretor do Juliano Moreira concorda com a resolução 487 do CNJ e a considera justa e adequada, além de não vislumbrar qualquer impacto negativo ao complexo psiquiátrico. “Trata-se de um entendimento que pretende



Atualmente, instituição abriga 102 internos, sendo 99 homens e três mulheres

resguardar o direito de pessoas com comprovado diagnóstico de transtorno mental e que se encontram em conflito com a lei. A referida resolução pretende efetivar o que há muito se debate em sede de Reforma Psiquiátrica”, acrescentou Tercio Ramos.

Apesar de incentivar a medida, o diretor alerta para o cuidado com a implementação das novas políticas. “Precisamos alertar que a medida de fechamento de hospitais de custódia, em específico, a Pe-

nitenciária de Psiquiatria Forense da Paraíba, deve ser fortemente planejada e permita ao paciente o egresso daquela instituição sendo acolhido integralmente na Rede de Atenção Psicossocial”, ele argumentou.

Em contrapartida, o diretor de fiscalização do Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB) acredita que, antes das decisões de fechamento das penitenciárias psiquiátricas, é necessário fortalecer primeiramente a atenção primária à saúde mental

e os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), para garantir o atendimento e acompanhamento dos pacientes psiquiátricos. “Infelizmente no nosso país as prioridades de políticas públicas são invertidas. Este fechamento dos hospitais, mesmo que gradual, implicará em desassistência, descontinuidade do cuidado à saúde e necessidade de internamento de pacientes psiquiátricos em hospitais gerais, estes ainda sem equipe de saúde especializada e treinada”, disse.



Fotos: Roberto Quevedes

Estão sendo realizadas reuniões periódicas com o objetivo de criar fluxos que se adequem à Resolução Nº 487/2023

Rogério Gominho

NO SERTÃO

DPE realiza retificação de prenome e gênero

Depois do sucesso do evento “Meu direito começa pelo nome” em João Pessoa, a Defensoria Pública da Paraíba (DPE-PB) realiza nos próximos dias 21 e 22 de setembro, na cidade de Sousa, o primeiro mutirão de retificação de prenome e gênero para a comunidade trans no Alto Sertão do estado. Os atendimentos vão acontecer no Calçadão da Rua Coronel José Vicente, das 8h às 16h, na unidade móvel do programa Defensoria Itinerante.

A iniciativa é da Coordenadoria de Defesa dos Direitos Homoafetivos, da Diversidade Sexual e do Combate à Homofobia da DPE-PB e reforça a necessidade do acesso à cidadania a partir da alteração no registro civil. A primeira edição do mutirão aconteceu em junho deste ano, em João Pessoa, no Dia Internacional do Orgulho LGBT (29).

“Não por acaso escolhemos os dias 21 e 22 de setembro, quando também estará acontecendo na cidade de Sousa o 1º Encontro de Pessoas LGBTQIAPNB+, com debates e mesas-redondas. O evento acontecerá no auditório do Campus do Centro da Universidade Federal de Campina Grande, na Rua Sinfônio Nazaré e a Defensoria Pública também dará a sua contribuição ao movimento”, adiantou a defensora pública Remédios Mendes, coordenadora da Diversidade da DPE.

O processo para a mudança de prenome e gênero nos cartórios é possível desde 2018, após uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que retirou a necessidade de

autorização judicial para realizar a mudança no registro civil. Ainda assim, explica Remédios Mendes, muitas pessoas procuram a Defensoria Pública para receber orientação em relação ao pedido administrativo ou quando encontram dificuldades em realizar a retificação no cartório.

Como participar

O mutirão será realizado na cidade de Sousa, mas será aberto a todas as pessoas da região. Os atendimentos vão ocorrer das 8h às 16h, na unidade móvel da DPE que estará localizada no Calçadão. Para ter direito ao atendimento, é preciso levar alguns documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento (se for o caso), RG e CPF, título de eleitor, comprovante de residência e certidões de protesto (que podem ser apresentadas depois).

Mais informações sobre o mutirão podem ser solicitadas por meio do contato (83) 99686-1616 (exclusivo *WhatsApp*), no horário das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira, ou pelo *e-mail* (diversidade@defensoria.pb.def.br).

■ Ação para a comunidade trans é pioneira no Sertão e vai acontecer em Sousa, nos dias 21 e 22 deste mês, no Calçadão

ALGODÃO AGROECOLÓGICO

Agricultores fazem primeira colheita

Famílias da Agrovila Águas de Acauã, no município de Itatuba, cultivam uma área de 330 hectares



Estimativa dos agricultores é colher, a cada dois ou três meses, 10 toneladas de algodão e lucrar cerca R\$ 50 mil por colheita

A primeira de muitas colheitas do algodão agroecológico do município de Itatuba foi feita ontem com a participação de mulheres e jovens agricultores que ficaram desabrigados com o rompimento da Barragem de Acauã no ano de 2004. Através do projeto Algodão Paraíba do Governo do Estado, 100 famílias estão sendo reassentadas na zona rural da cidade, onde está sendo plantado o algodão agroecológico numa área de 330 hectares. Segundo o agricultor Osvaldo Bernardo da Silva, coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a estimativa do grupo é colher, a cada dois ou três meses, 10 toneladas de algodão e lucrar cerca R\$ 50 mil por colheita. "Para todos nós que fomos atingidos pelas enchentes da Barragem Acauã, isso é um sonho que está se tornando realidade", disse o agricultor.

Ele enfatizou que muitas pessoas não acreditavam nesse reassentamento. "Mas estamos nessa luta há 20 anos e essa conquista é a mais importante do Brasil para as pessoas atingidas por barragens. Nós morávamos às margens do rio, fomos expulsos pelas enchentes e agora estamos aqui numa obra de reparação histórica familiar, graças ao governador João Azevêdo, porque ele teve muita sensibilidade para tocar esse projeto", desabafou.

Para a agricultora Luciana Pereira da Silva, todas as mulheres do grupo estão apostando no sucesso da colheita do algodão, que deve proporcionar a todas e todos mais qualidade de vida. "Nosso sentimento de saber que poderemos plantar e saber que já tem comprador para nossa colheita é simplesmente a realização de um sonho, porque vamos resgatar a cultura do algodão que começou com meus avós", afirmou emocionada.

Estrutura urbana

De acordo com Paulo Emilio, gerente regional da Empaer em Itabaiana, pelo projeto serão assentadas 100 famílias, em 100 casas que estão sendo construídas. "Além das casas, serão construídas uma escola, campo de futebol, posto de saúde e estação de água da Cagepa. Enfim, teremos neste espaço toda uma estrutura urbana para atender as famílias que foram impactadas pela Barragem de Acauã".

O gerente regional da Empaer disse ainda, que a previsão de colheita é de 10 toneladas de algodão branco até o final de outubro. O projeto engloba o algodão agroecológico consorciado com outras culturas, a exemplo da plantação de milho, feijão, fava, melancia e jerimum entre outros alimentos, ou seja, dando a todos os reassentados, segurança alimentar e geração de renda com a venda do algodão. A estimativa é construir 50 casas este ano e mais 50 em 2024, onde viverão 100 famílias.

Segundo Udson de Sousa, técnico da Empaer, a maior vantagem deste projeto é que as famílias vão plantar o algodão sabendo a quem vai vender. Seis empresas na Paraíba já comercializam o algodão agroecológico. Mas o maior consumidor do produto em Itatuba será a Rede Santa Luzia e Decorações, do município de São Bento. "O quilô do algodão será vendido a R\$ 5 e por cada colheita o grupo deverá faturar algo em torno de R\$ 40 mil ou R\$ 50 mil", informou.

O processo de plantio do algodão branco agroecológico está em curso, sem uso de defensivos químicos. O campo foi semeado em 17 de maio e depois de beneficiado, o algodão será transformado em fios e tecidos que se tornarão redes, mantas, almofadas, entre outros produtos têxteis decorativos da Santa Luzia, empresa com sede em São Bento.

O projeto

O projeto Agrovila Águas de Acauã foi viabilizado como resultado da luta do MAB em parceria com o Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública da Paraíba (DPE/PB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Governo da Paraíba. A Agrovila tem apoio do Governo do Estado, a exemplo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, da Secretaria da Agricultura, da Infraestrutura e Recursos Hídricos da Companhia Estadual de

Habitação Popular. Envolve também a Secretaria da Agricultura Familiar (Empaer e Procase), Embrapa, Sebrae, Senai, além de toda uma rede de diálogos sobre o tema, que incluiu parcerias e ações privadas, como as da indústria têxtil Santa Luzia Redes e Decoração.

Produtos

O campo foi semeado em 17 de maio e, depois de beneficiado, o algodão será transformado em fios e tecidos que se tornarão redes, mantas, almofadas, entre outros produtos têxteis

Saiba mais

■ O projeto Agrovila Águas de Acauã, implantado pelo Governo do Estado, contempla 100 unidades habitacionais, além do abastecimento d'água completo com investimentos que ultrapassam os R\$ 10 milhões. Cultivo de uso coletivo e da cooperativa e para a associação dos moradores e produtores, escola, campo de futebol, Unidade Básica de Saúde, praça e centros religiosos estão entre os benefícios.

■ As famílias atendidas pelo projeto haviam sido desalojadas pela Barragem Acauã, que atingiu seis comunidades rurais: Pedro Velho, Riachão, Cajá, Costa e Melancia, todas no município de Itatuba. O projeto da Agrovila é considerado uma reparação histórica às famílias que foram impactadas pela Barragem Argemiro de Figueiredo (Barragem de Acauã). Em 14 de junho de 1999, o Governo Federal e o Governo do Estado iniciaram a construção da barragem, no Rio Paraíba, divisa entre os municípios de Areias, Itatuba e Natuba. A obra foi concluída em agosto de 2002. A construção da barragem provocou o deslocamento de aproximadamente 4,5 mil pessoas (cerca de 800 famílias) que viviam às margens do rio de onde tiravam o seu sustento, mas ficaram embaixo d'água. "Perderam suas terras, casas, trabalhos, laços de apoio e de solidariedade", declara o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), coordenado por Osvaldo Bernardo.

■ As águas inundaram completamente seis povoados: Pedro Velho, Riachão, Cajá, Costa e Melancia, todas no município de Itatuba. A comunidade do Costa, sendo a de maior vulnerabilidade social, foi priorizada no projeto Agrovila Águas de Acauã com a construção de 100 casas.

SESSÃO ESPECIAL

Assembleia debate políticas para luta antimanicomial

A Assembleia Legislativa da Paraíba realizou, ontem, sessão especial com o objetivo de debater políticas públicas de apoio à luta antimanicomial. O evento aconteceu no Plenário da Casa de Epitácio e foi proposto pela deputada Cida Ramos. A sessão contou com a presença do vereador de João Pessoa Marcos Henriques, de profissionais da área de psicologia e de representantes da sociedade civil organizada.

Autora da Lei 11490/2019, que instituiu a Semana Estadual de Conscientização sobre a Luta Antimanicomial, a deputada Cida Ramos ressaltou que muitos desafios relacionados à saúde mental ainda precisam ser vencidos. Para a parlamentar, é responsabilidade do Poder Legislativo dar voz aos usuários dos serviços psicossociais e aos profissionais da área para que, junto ao poder público, possam elaborar ações e apresentar propostas de legislação em favor da luta antimanicomial. “Temos que ouvir todos para que a gente possa encaminhar políticas concretas que precisam retornar. Nós tivemos uma pandemia que foi muito dura e continua a ser, porque as consequências delas se refletem, sobretudo, na questão da saúde mental”, alertou a deputada.

Cida Ramos chamou atenção para a necessidade de estruturação dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) nos municípios paraibanos, além do fortalecimento da rede de apoio aos usuários. “É momento sim de ampliar o serviço, é momento de discussão com o poder público, Legislativo, Executivo, para que a gente possa avançar. Infelizmente, na Paraíba, nós temos tido retrocesso, então, precisamos reverter essa situação”, argumentou a parlamentar.

O vereador de João Pessoa, Marcos Henriques, defendeu a implantação de benefícios reivindicados pelos usuários de Caps e que, segundo ele, já deveriam ter sido implantados por partes das prefeituras, a exemplo do passe livre no transporte coletivo, tema já debatido na Câmara Municipal de João Pessoa. “Hoje, o siste-

ma de transporte coletivo tem isenção fiscal e esse tipo de concessão, de benefício, é algo que não deveria nem estar sendo discutido, já deveria ser implementado, é uma questão de necessidade desse segmento”, declarou o parlamentar. Marcos Henriques acredita que ouvindo usuários, profissionais da área e movimentos organizados será possível apresentar as demandas e buscar soluções junto aos órgãos competentes. “Nós estamos aqui pra juntar toda aquela rede de proteção às pessoas que estão nesse segmento pra gente poder criar um clima de luta entre a categoria porque, na verdade, sem luta não há vitória. Esse segmento da saúde mental tá se organizando há muito tempo e eu tenho certeza que essa sessão especial amplia o debate para o estado inteiro”, afirmou.

De acordo com o gerente operacional de Atenção Psicossocial da Secretaria de Estado da Saúde, Edvaldo Garcia, a ampliação da rede é fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos usuários, principalmente, após a pandemia do novo coronavírus, o que, para o gerente, agravou os problemas relacionados à saúde mental. “A gente precisa fazer a ampliação dessa estrutura, cumprindo um plano que já está completando 10 anos, para que a gente consiga adequar. Com o aumento desse serviço, com a melhoria, a gente consegue atingir um contingente populacional maior. Com a pandemia, a saúde mental entra efetivamente em pauta. Ela precisa ser priorizada também nas pautas de saúde pública e a proposta do Estado é, pelo menos, iniciar com esse reforço desse plano de 2013 que precisa ser implantado. Que dá um aumento do contingente de aproximadamente 50% dos serviços que já existem”, revelou Edvaldo Garcia.

Representando o Conselho Regional de Psicologia, José de Carlos de Camargo chamou atenção para a necessidade urgente de cuidados com a saúde integral das pessoas, principalmente, após a grave crise sanitária provocada pelo novo coronavírus. “A saúde mental é um as-

pecto importantíssimo na vida das pessoas. O movimento da luta antimanicomial traz uma nova dimensão para o conceito de tratamento da saúde”. Para Camargo, é preciso entender que o tratamento da saúde mental vai além do uso de medicamentos. “Precisamos perder a ideia do excesso da ‘medicização’, pois, o tratamento não se faz, única e exclusivamente, através de exames de alto custos e remédios e esse movimento visa diminuir essa questão e propor modificações no estilo de vida das pessoas”, explicou.

Para o líder do Movimento dos Usuários e Amigos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), José Carlos Alves, a oportunidade de debater a saúde mental junto com a Assembleia Legislativa é extremamente relevante para a busca de legislação que possa beneficiar os usuários. “Estamos lutando por nosso direitos, contra a falta de medicamentos, pelo nosso passe livre, que muitos não têm e estão perdendo benefícios porque não têm condições de pagarem a passagem no transporte público”, reivindicou José Carlos.

A sessão especial contou ainda com representantes da Residência Multiprofissional em Saúde Mental da UFPB, a professora Roberta Rocha; do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da UFPB, professora Lenilma Bento de Araújo; do Núcleo de Saúde da **Defensoria Pública**, Adalci Pimentel, além de psicólogos e psiquiatras e usuários de Caps



Deputados estaduais debateram como ampliar assistência aos pacientes

Foto: Ascom/ALPB

Comissão da ALPB aprova reajuste de 4% em orçamentos

Relatório altera limite da LDO para despesas do Legislativo, Judiciário, TCE, MP e **Defensoria Pública**.

Página 14

MAIS QUE O PREVISTO

Concurso para Educação passa a ter duas mil vagas

João anunciou novidade durante Conversa com o Governador, na Tabajara

O governador João Azevêdo anunciou, ontem, a ampliação do número de vagas do concurso público para a área da educação, garantindo a disponibilidade de duas mil vagas. Anteriormente, o concurso teria mil vagas, mas, após uma análise, o Governo do Estado, decidiu pelo aumento deste total. O anúncio foi feito durante o programa Conversa com o Governador, transmitido em cadeia estadual pela Rádio Tabajara e pelas redes sociais do Governo. O gestor adiantou que o edital do certame será lançado, em breve, no Diário Oficial do Estado.

Desde 2019, o Governo vem realizando concursos públicos em diversas áreas, como educação, segurança pública e cargos de nível técnico. "Com certeza, este foi o Governo que mais realizou concursos públicos na

Planos

João Azevêdo disse que, além dos concursos em andamento, estão em organização mais 1.268 vagas, que vão atingir diversas áreas, como Engenharia e Técnico em Edificações

história da Paraíba. Já são 4.215 servidores que foram nomeados através de concursos públicos aqui no estado. Concursos, por exemplo, para a Fundac, Procuradoria Geral do Estado, Codata, **Defensoria pública** e na

própria educação. E vamos repetir esse concurso agora para mais duas mil vagas, além de chamamentos que fizemos para a área técnica. Queremos, cada vez mais, dentro dessa política de valorização e qualificação da educação, fazer este concurso. E dessa vez tínhamos decidido, inicialmente, que faríamos para mil vagas, mas, após uma análise que fizemos, decidimos ampliar para duas mil vagas", afirmou João Azevêdo.

O chefe do Executivo estadual também falou sobre concursos do Governo do Estado que estão em andamento. "Temos em andamento aqui 1.100 vagas para Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, 12 vagas para Controladoria Geral do Estado e 154 vagas da EPC, aqui da nossa querida Empresa Paraibana de Comunicação. Além disso, já

estão em organização mais 1.268 vagas, que vão atingir diversas áreas, como Engenharia e Técnico em Edificações. Temos também vagas na cultura, onde vamos fazer concurso para antropólogo, arqueólogo, museólogo, paleontólogo, restaurador, arquivista, bibliotecário e historiador. Vamos criar um grupo, um quadro de especialistas para atuar nas diversas áreas da Secretaria da Cultura", garantiu o gestor estadual.

"Temos como crença que a forma de entrar no serviço público é pela porta da frente e a porta da frente é o concurso. Por isso, que já realizamos tantos concursos públicos e vamos realizar mais ainda até o final da nossa gestão. Então professores, se preparem! São duas mil vagas e, logo, logo o edital vai estar aí", concluiu o governador.

LOA 2024

Comissão aprova parecer preliminar

Deputados concluíram que proposta respeita princípios constitucionais de Direito Financeiro e normas de controle

A Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) aprovou, em reunião ontem, o parecer preliminar da Lei Orçamentária Anual (LOA) enviada ao Legislativo pelo Governo do Estado referente ao exercício financeiro do ano de 2024.

A relatora da matéria foi a deputada Silvia Benjamin. “A proposta apresentada para o orçamento do próximo ano respeita, além dos princípios constitucionais, às normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle do orçamento público”, disse a relatora do projeto.

Segundo o relatório, o governador João Azevêdo optou por alterar o artigo 38 da LDO 2024, que trata do limite para a fixação das despesas dos poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e **Defensoria** Pública e propôs um projeto de discussão que seja considerado um índice de 4% para a correção dos citados orçamentos.

“Compreendemos que o mesmo é adequado, compatível e oportuno, visto que cumpre com os requisitos constitucionais referentes à iniciativa das leis orçamentárias e atende à necessidade urgente para o planejamento orçamentário dos poderes. O índice utilizado no projeto de 4% é justamente o que constava no projeto da LDO de 2024, o qual durante sua tramitação na Assembleia sofreu alteração, sendo substituído pela média ponderada entre o IPCA acumulado entre julho de 2022 e junho de 2023 e a taxa Selic vigente no mês de maio de 2023”, ressaltou Silvia Benjamin.

“O índice proposto pelo governador respeita esse patamar e segue a regra que já vem sendo aplicada faz alguns anos. Garante-se assim o incremento no orçamento dos poderes sem desconsiderar a realidade de possível frustração na reclamação das receitas públicas, privilegiando o equilíbrio orçamentário e a certeza da preservação da continuidade dos serviços públicos e investimentos no Estado”, destacou a vice-presidente da Comissão, Danielle do Vale.

Após a aprovação do relatório preliminar da LOA 2024, os parlamentares terão de novembro até dezembro para apresentação de emendas, antes do parecer definitivo. Também participaram da reunião os deputados George Morais, Tovar Correia Lima e Luciano Cartaxo.

ALÉM DE JOÃO PESSOA E PATOS

Ministério autoriza mais uma Casa da Mulher na PB

Campina Grande terá serviço de acolhimento às vítimas de violência

A Paraíba será contemplada com mais uma Casa da Mulher Brasileira, além das que serão implantadas em João Pessoa e em Patos, anunciadas anteriormente. A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, comunicou à secretária da Mulher e da Diversidade Humana, Lídia Moura, que o município de Campina Grande também ganhará uma Casa da Mulher Brasileira.

“É mais um anúncio importante do Ministério das Mulheres para a Paraíba, que agora será contemplada com três Casas da Mulher Brasileira, ampliando a nossa rede de atendimento”, comemorou a secretária Lídia Moura.

O valor total investido nas duas Casas da Mulher Brasileira será de cerca de R\$ 30 milhões, sendo R\$ 7 milhões

para construção e equipagem da Casa da Mulher Brasileira em Patos, no Sertão paraibano, e uma outra casa na capital, João Pessoa, com investimento de R\$ 15 milhões. A ação faz parte da retomada do programa Mulher Viver sem Violência. Campina Grande segue o padrão de investimento das cidades com menos de 500 mil habitantes.

A Casa da Mulher Brasileira é uma inovação no atendimento integral e humanizado às mulheres. Em um mesmo espaço, a Casa integra serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças - brinque-

doteca; alojamento de passagem e central de transportes.

Segundo a secretária da Mulher, Lídia Moura, a destinação dos terrenos para construção em Patos e João Pessoa já foram comunicados e a Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana está acompanhando e coordenando os trâmites dos projetos, além da execução em parceria com outros órgãos e secretaria de governo.

Conforme Lídia Moura, a ministra tinha assumido o compromisso de implantar mais uma Casa da Mulher Brasileira na Paraíba durante sua vinda no mês de julho à Paraíba. “O Ministério das Mulheres representa uma importante retomada do diálogo e do fortalecimento das políticas públicas. Já tínhamos pedido o serviço

da Casa da Mulher Brasileira para Campina Grande e agora estamos prontas para consolidar as políticas para mulheres. Esse apoio de fato nos ajuda a vivermos com dignidade em busca de igualdade e no enfrentamento da violência”, afirmou a secretária.

■
Secretária
Lídia Moura
comemorou
o anúncio da
terceira Casa
da Mulher
Brasileira no
Estado

Iêda Lima

ielimolima@gmail.com | Colaboradora

Vanildo Brito, o poeta do ser

Paraibano de Monteiro, nascido em 9 de maio de 1937, o advogado, **defensor** público, professor e poeta Vanildo Brito migrou para João Pessoa, aos cinco anos de idade, com seus pais Anfrísio Ribeiro de Brito e Irene de Lyra Brito. Após cursar o ensino básico no Colégio Pio X, entrou para o Curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 1955. Com a primeira esposa, Severina Pereira, teve a filha Eda Carla. Em 1968, casou com sua musa Inalda Brito, de cuja união nasceram os filhos Adriano, Alexzno, Vanilda e Akma. Netos são nove.

Vanildo trabalhou no IAPTC (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas); atuou como advogado da Justiça Militar; foi **defensor** público e professor de Filosofia no Departamento de Filosofia e História do CCHLA, da UFPB, de 1967 até a sua aposentadoria. Tinha paixão por idiomas, em especial a língua latina e o alemão.

Foi diretor do suplemento cultural do jornal *A União* 'A União nas Letras e das Artes', que depois passou a *Correio das Artes*, no período de agosto de 1959 a maio de 1960, destacando-se como seu editor. Foi em 1959, aos 22 anos de idade, que ele desportou como o idealizador e organizador do movimento 'Geração 59', que ele comparou a uma "frente ampla", inspirado no modernismo, buscando maior visibilidade para a produção literária paraibana, o que resultou na publicação *Antologia Geração 59*, com a participação de quatorze poetas.

Essa nova visão literária conquistou a simpatia e a adesão de outros artistas e intelectuais da cidade de João Pessoa, dentre eles os cineastas Vladimir Carvalho e Ipojuca Pontes; os escritores Maria José Limeira, Hildeberto Barbosa Filho e Ângela Bezerra de Castro; os artistas plásticos Raul Córdula Filho, Ivan Freitas e Chico Pereira; e o músico Pedro Santos.

Começou a escrever suas poesias por volta de 1955. Publicou os primeiros poemas em 1956 nos jornais literários de João Pessoa e Recife (PE). De uma dezena de obras publicadas por Vanildo Brito, o escritor e crítico literário Hildeberto Barbosa Filho identificou dois momentos na sua trajetória literária. O primeiro, "de um lirismo construído essencialmente a partir das tensões entre o clássico e o moderno", com *Memorial Poético* (1986); *A Construção dos Mitos* (1960, republicado em 1982); *Sinal das Horas* e *Cantigas de Amor para Inalda* (1988, dois livros num só); e *A sacração do emblema* (1998). O segundo, com a obra *O livro das paisagens* (1998), de "uma lírica mais plástica, mais musical e mais variada".

O poeta Sérgio de Castro Pinto considera que Vanildo criou "uma poesia de feitiço clássico, apolíneo, imune a modismos, pois à lírica de 'Selecta Cammina', as vanguardas na da tinham a acrescentar", ainda que encharcado de questionamentos metafísicos, como filósofo.

Ressentido pelo pouco reconhecimento ao poeta que era, como confessou ao amigo Hildeberto, teve seu nome lembrado na Biblioteca do Departamento de Filosofia e História do CCHLA da UFPB, ali onde lecionou por anos, sob a chefia de Damião Ramos Cavalcanti. Seu companheiro de boemia, escritor, jornalista, filósofo e crítico de cinema Willis Leal, possivelmente também testemunhou as inquietudes e reflexões nitzcherianas de Vanildo.

Sua filha Vanilda o define como "um homem à frente do seu tempo, com uma curiosidade inquieta, amante da natureza, de hábitos simples, culto, obstinado, sonhador, caseiro, muito ligado à família, carinhoso, pouco sociável, porém solícito".

Quando jovem, gostava de ler poetas portugueses como Guedes Monteiro e Antero de Quental, na biblioteca do pai. Leu Augusto dos Anjos aos 22 anos de idade. Com o tempo, desenvolveu a paixão por traduzir poemas latinos, como o fez com os versos 1144 a 1174, do livro II, do *De Rerum Natura* ('Da Natureza das Coisas'), do poeta latino Titus Lucretius Carus; e se dedicou ao estudo das teses do controverso escritor e professor existencialista alemão Martin Heidegger (1889-1976), considerado por ele o maior filósofo do século XX.

Os últimos versos de 'Eis o mar com seus símbolos, seus peixes': "Eis-me ao lado das pedras e do mar/Híbrido ser de angústia e de esperança/ Construindo da própria solidão/ Esta palavra em que farei morada", revelam a bipolaridade lírica desse poeta, identificada por Hildeberto Barbosa Filho: a angústia e a esperança do ser, que também foi enriquecida do flerte filosófico com a natureza, até um ano antes de 22 de julho de 2008, quando se foi para o eterno.

Iêda Lima é economista, escritora, pesquisadora, membro da Academia de Letras de Campina Grande (ALCG) e sócia-correspondente do Instituto Histórico de Campina Grande (IHCG)

SETEMBRO AMARELO

Saúde mental é tema de evento pela internet

O Ministério Público na Paraíba (MPPB), o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT-PB) e a Defensoria Pública do Estado (DPE) realizam, no dia 29, o *webinar* “Política de Saúde Mental na Paraíba: Avanços e Desafios”. O evento reunirá representantes do MP, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Secretaria de Estado da Saúde (SES-PB) e do Ministério da Saúde (MS). Podem se inscrever operadores de direito e o público em geral interessado na temática.

O *webinar* acontecerá a partir das 9h e será transmitido pela plataforma Google Meet. Serão quatro palestras no evento, seguidas de um debate com os participantes. O *webinar* está vinculado à campanha do MPT para o Setembro Amarelo, cujo tema é “Ouvir é acolher”.

Programação

A professora da UFPB, Ludmila Correia, será a primeira palestrante do *webinar* e vai tratar sobre o tema “A construção do direito à saúde mental a partir da luta antimanicomial”. Seguindo a programação, a coordenadora de Saúde Mental da SES, Iaciara Mendes, abordará sobre “A Rede de Atenção Psicossocial da Paraíba”.

“Financiamento da Rede de Atenção Psicossocial” é o tema da penúltima palestra do evento, com a coordenadora-geral de Gestão e Avaliação da Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde (MS), Neli Almeida. O último painel do *webinar* será ministrado pela procuradora-chefe do MPT, Andressa Coutinho. Em seguida, o evento será aberto para debates sobre os assuntos tratados.

ORÇAMENTO

Assembleia mantém veto parcial a dispositivo da LDO 2024

Juliana Teixeira

julianaaraujoiteixeira@gmail.com

A Assembleia Legislativa da Paraíba manteve veto parcial nº 35/2023, de autoria do Poder Executivo Estadual, a dispositivos do projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária, a LDO para o exercício de 2024. Agora a matéria volta para o governador João Azevêdo e deve ser usada como base para a construção do próximo orçamento da Paraíba. A relatora da matéria foi a deputada estadual Silvia Benjamin, que está ocupando o posto durante a licença do colega de parlamento e parti-

As diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 versam sobre as prioridades e metas da Administração Pública Estadual, trata também sobre a estrutura e a organização dos orçamentos; as diretrizes gerais, as orientações e os critérios para a elaboração e a execução dos orçamentos do Estado. Ainda na LDO as disposições sobre alterações na legislação tributária; as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais; as disposições relativas à dívida pública estadual; as políticas de fomento; às disposições gerais.

As prioridades e as me-

do, Branco Mendes.

Na última terça-feira (19), deputados mantiveram vetos do governo a emendas parlamentares e encerraram as discussões da matéria. Segundo a relatora, o governador João Azevêdo optou por alterar o artigo 38 da LDO 2024, que trata do limite para a fixação das despesas dos poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública e propôs um projeto de discussão que seja considerado um índice de 4% para a correção dos citados orçamentos. A decisão leva em consideração as recentes perdas de receita do estado.

“Antes estava sendo leva-

tas físicas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2024 serão aquelas contempladas no Plano Plurianual, observadas as dimensões, áreas e objetivos constantes do referido Plano Plurianual.

As 25 diretrizes do Plano Plurianual (PPA) foram oriundas do Plano de Governo que foi apresentado à sociedade por ocasião da recondução do governador João Azevêdo, representando os princípios e orientações estratégicas que norteará as ações governamentais durante o período de vigência do plano, num horizonte de quatro anos.

O plano divide-se em três

do em consideração a média ponderada da taxa Selic, junto ao IPCA, o que daria um percentual de 6%. Mas isso não seria viável para que o governo mantivesse o equilíbrio fiscal e leva em consideração as quedas da receita nas esferas governamentais. Esse ajuste foi necessário para gerar estabilidade de governança, por isso mantivemos o veto e seguimos o projeto para o governador João”, explicou.

Com o ajuste, o índice utilizado no projeto passou a 4%, que é justamente a média ponderada entre o IPCA acumulado entre julho de 2022 e junho de 2023 e a taxa SELIC vigente no mês de maio de 2023.

eixos: Eixo I: Paraíba em Boa Governança – Práticas Democráticas e de Gestão de Governança Pública; Eixo II: Paraíba Nos Princípios Sustentáveis – Ideias Construtivas e Cultura Empreendedora; e Eixo III: Paraíba Inteligente e Inovadora – Empreendimentos Consistentes, Diferenciados e Relevantes.

Na Lei Orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serão prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes de municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano, inclusive a periferia das cidades de médio e grande porte do Estado.

NO MPPB

Audiência Pública vai abordar demandas de usuários da Rede de Atenção Psicossocial

As demandas de usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de João Pessoa serão tratadas durante audiência pública realizada pela Defensoria Pública da Paraíba (DPE-PB), na próxima terça-feira (25). O evento vai reunir representantes de governos, entidades civis, usuários e profissionais da área na busca por soluções para ampliar e melhorar o atendimento na capital paraibana.

O encontro ocorre dentro das atividades alusivas ao Setembro Amarelo no Auditório do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus

I, a partir das 14h. “Debatida a política de saúde mental é de fundamental importância para garantir que os direitos das pessoas que buscam um tratamento adequado sejam respeitados”, destacou a coordenadora do Núcleo Especial de Cidadania e Direitos Humanos (NECIDH), Fernanda Peres.

A audiência também conta com a atuação do Núcleo de Saúde da DPE-PB, por meio da coordenadora, Maria dos Remédios Mendes, para quem é importante fazer um levantamento da situação dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) além de promover o diálogo com a gestão municipal

Além das autoridades locais, também foram convidados para participar do evento o coordenador-geral de Normas, Estudos e Projetos do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, João Mendes de Lima Júnior, e a integrante da Comissão de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde, Shirlene Queiroz de Lima Pinheiro.

Entre os assuntos a serem debatidos está a aplicação da Lei da Reforma Psiquiátrica (nº 10.216/2001), principal diploma interno sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtorno mental, que traz uma política antimanicomial, priori-

zando-se os ambientes terapêuticos pelos meios menos invasivos possíveis (art. 2º, parágrafo único, VIII) e os serviços comunitários de saúde mental (art. 2º, parágrafo único, VIII).

■
Evento vai reunir representantes de governos, entidades civis, usuários e profissionais da área na busca por soluções

VAN DOS DIREITOS

DPE realiza atendimento no Colinas do Sul

A Van dos Direitos da Defensoria Pública da Paraíba (DPE-PB) vai até o bairro Colinas do Sul, em João Pessoa, hoje para levar atendimento jurídico gratuito à população da localidade. A ação acontece das 9h às 14h, com atendimentos em todas as áreas da Justiça Estadual, e integra uma ação realizada por uma rede de comunicação no bairro.

A unidade móvel ficará estacionada em frente à Escola Municipal Jornalista Raimundo Nonato Batista,

localizada na Rua Joaquim Monteiro da Franca, s/n. Na oportunidade, os moradores da região poderão tirar dúvidas sobre os seus direitos, e ter acesso a diversos serviços oferecidos pela DPE, entre eles, o ingresso de ações e consulta de processos.

Durante a ação, serão atendidas demandas ligadas à Família (alimentos, divórcio, guarda, pensão e curatela) e também referentes às áreas Cível, Criminal e Fazenda Pública. Outras demandas que poderão ser

atendidas são a dissolução de união estável, adoção, reconhecimento de paternidade, usucapião, reintegração de posse, sucessão, heranças, cobranças, contestações, mandados de segurança e saúde.

O cidadão interessado em receber atendimento, deverá apresentar documentos pessoais, como RG e CPF, comprovante de residência, além dos documentos relativos ao serviço para o qual procura atendimento. Apenas pessoas com renda familiar de até

três salários mínimos vigentes poderão ser atendidas na ação, estão previstas exceções desde que seja constatada pelo defensor (a) a vulnerabilidade no caso concreto.

Além da DPE-PB, outros serviços também serão ofertados na “Caravana da Tambaú”, como vacinação, atendimento do Procon-JP e da Energisa, teste de HIV, corte de cabelo, manicure e massagem. Durante o evento, também haverá atrações musicais e sorteio de brindes à população.

Autor de assassinato é condenado a 19 anos

O Tribunal do Júri da comarca de Itaporanga condenou a 19 anos de prisão Juberlândio Diniz Alvarenga por matar José Pereira da Silva, mais conhecido como Novinho de Cabrinha, à época com 41 anos. O crime ocorreu no dia 29 de novembro de 2019 na rodovia que dá acesso ao município de Curral Velho. Segundo a investigação, o acusado convenceu a vítima, que tinha problemas com alcoolismo e vivia em situação de rua, a ir com ele de moto até a estrada, e ao chegar lá, desferiu golpes de faca nela. O corpo foi achado às margens da pista por populares que passavam pelo local. Ele foi levado pelo Núcleo de Medicina e Odontologia Legal (Numol) para realização da perícia. Uma testemunha afirmou que o réu confessou o assassinato e que praticou o delito por prazer. O delegado do caso concluiu que ele se trata de um psicopata com índole homicida. Após debate entre a Promotoria e a Defensoria Pública, o conselho de sentença chegou à conclusão que Juberlândio era culpado pelo assassinato e decidiu pela condenação.

TRABALHO PARA REEDUCANDOS

MPPB faz audiência para discutir destinação de vagas

O Ministério Público da Paraíba realizou, esta semana uma audiência extrajudicial para discutir o cumprimento da Lei Estadual 9.430/2011, que prevê a destinação de até 5% das vagas de trabalho nas empresas vencedoras de licitação pública, no âmbito do Estado da Paraíba, aos sentenciados, na contratação de obras e serviços públicos. A reunião contou com a presença do 17º promotor de Justiça de João Pessoa, Ricardo Medeiros, bem como de representantes do Escritório Social, da Defensoria Pública do Estado e da Gerência de Ressocialização da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (Seap/PB).

Durante a audiência, foram também abordados temas como a falta de informações acerca adequada da distribuição e designação do encaminhamento dos apenados aos trabalhos externos junto às empresas, bem como a existência de projeto de lei, em tramitação na Assembleia Legislativa, para o aprimoramento de aspectos da norma já existente. Ainda

restou esclarecida a questão migração das funções relativas ao trabalho prisional e empregabilidade das pessoas egressas, da Gerência de Ressocialização para o Escritório Social, por força da Lei Estadual 11.570/2019.

Foi debatida, em audiência na Promotoria de Justiça, a proposta de fornecimento de certidões contendo a designação dos apenados que exercerão atividades laborais junto às empresas que tenham vencido as licitações públicas, em quantitativo compatível com as disposições legais aplicáveis.

Ao final da reunião, o promotor de Justiça informou que encaminhará expedientes à Seap/PB e ao Escritório Social, cobrando uma metodologia mais clara em relação ao controle atinente à destinação de vagas de trabalho aos apenados, bem como a complementação das informações prestadas pelas empresas vencedoras ao Escritório Social para viabilizar a efetiva inserção dos presos nas obras e serviços, em conformidade com o que exige a lei estadual e tam-

bém a Lei de Execução Penal.

Defensoria Pública

Também foi realizada pelo promotor Ricardo Medeiros uma reunião para tratar de questões relacionadas à tutela coletiva do sistema prisional e direitos humanos com as defensoras públicas, Waldelita Farias Rodrigues e Lara Bonazzoli.

Durante a reunião, foram discutidas questões como denúncias de tortura em unida-

des prisionais e a necessidade de filtragem de relatos falsos. Também foi estabelecido um diálogo sobre as atribuições dos membros do MPPB em matéria de controle externo da atividade policial e execução penal.

O promotor de Justiça expôs que adotaria diversas providências, como o encaminhamento de cópia da nova portaria da Vara de Execuções Penais da capital.

Segundo o 17º promotor de Justiça da Capital, a reunião

foi um importante passo para fins de construção de um efetivo diálogo interinstitucional, uma vez que o diálogo, a troca de informações e a definição de ações concretas são fundamentais para a promoção de mudanças significativas na realidade das pessoas custodiadas.

Tais ações reforçam o compromisso das duas instituições com a defesa dos direitos humanos e a luta por um sistema prisional mais justo e humano.



Foto: Divulgação/MPPB

Promotor de Justiça de João Pessoa, Ricardo José Medeiros, durante a audiência